



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
X CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 2ª ETAPA **Cuiabá – Mato Grosso** **21 de agosto de 2005**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 23/08/2005, a partir das 18 horas, na nova sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político e Administrativo.

COMISSÃO DE CONCURSO

QUESTÃO 01

O reclamante foi admitido em 01/04/2000, esteve em gozo de benefício previdenciário de auxílio-doença entre 01/05/2002 e 31/12/2002 e foi despedido sem justa causa em 01/10/2004, com projeção do aviso prévio até 01/11/2004. Ajuizou ação em 01/03/2005 pedindo o pagamento das férias de todo o período contratual porque nunca gozadas nem pagas. A empresa confirma todos os fatos e argui prescrição. É correto afirmar que:

- a) O prazo prescricional, contado pelos cinco anos anteriores ao despedido, afasta a incidência da prescrição sobre os créditos postulados;
- b) O gozo de auxílio-doença, porque direito legal do empregado, não tem o condão de produzir efeito impeditivo de aquisição de férias;
- c) As férias do período aquisitivo de 01/04/2002 a 01/04/2003 são devidas de forma dobrada porque já esgotado o período concessivo por ocasião do rompimento contratual;
- d) As férias proporcionais são devidas à razão de 10/12 com acréscimo de 1/3.
- e) Nenhuma das afirmativas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 02

Quanto à Comissão de Conciliação Prévia, é correto afirmar que:

- a) É vedada a dispensa de empregado membro de Comissão de Conciliação Prévia, desde que titular, até um ano após o final do mandato;
- b) O termo de conciliação tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas;
- c) O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia;
- d) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, é competente a Comissão de empresa porque específica para a situação.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 03

Assinale a afirmativa correta:

- a) O serviço voluntário, na forma da lei que rege esta modalidade, não gera vínculo empregatício sendo vedado qualquer auxílio financeiro ou ressarcimento sob pena de ser descaracterizado o serviço como voluntário;
- b) O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado máximo de três anos, em que o empregador se compromete a assegurar formação técnico-profissional metódica e o aprendiz, a executar as tarefas necessárias a essa formação. O aprendiz deve estar inscrito em programa de aprendizagem.
- c) A Constituição proíbe o trabalho de empregado com menos de quatorze anos, exceto na condição de aprendiz.
- d) A idade máxima do aprendiz, na forma da CLT, é de 18 anos, limite que foi ampliado para 24 anos por força de Medida Provisória que também excepciona o limite etário de aprendiz deficiente.
- e) Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 04

Assinale a afirmativa correta:

- a) Apenas os empregos da Administração Pública Direta têm ingresso do empregado precedido de concurso público.
- b) O despedimento de empregado de autarquia federal somente pode ser praticado diante das hipóteses legais como falta grave, cumulação ilegal, necessidade de redução de quadro ou insuficiência de desempenho.
- c) O despedimento de empregado de empresa pública federal necessita de causa legalmente capitulada.
- d) À contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Constituição, aplicam-se as normas da CLT.
- e) Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 05

Assinale a afirmativa falsa:

- a) Em caso de renúncia do mandato pelo advogado, a sua representação processual permanece de forma residual, por 10 dias, contados da ciência dada ao outorgante da renúncia.
- b) A renúncia a mandato, não comunicada nos autos do processo trabalhista, mantém íntegra a eficácia das intimações endereçadas ao advogado renunciante.
- c) O substabelecimento é válido quando não haja proibição expressa, ainda que o mandato seja tácito.
- d) O substabelecimento anterior à outorga de poderes ao substabelecente é irregular.
- e) O substabelecimento de poderes é válido quando a procuração não estabelece proibição, sendo desnecessária a autorização expressa para substabelecer.

QUESTÃO 06

Quanto à periculosidade em razão do ingresso em área de risco decorrente de energia elétrica é correto afirmar que:

- a) Faz jus ao adicional de periculosidade, na forma da lei, o empregado exposto a condições de risco de forma permanente, intermitente ou eventual.
- b) O pagamento de adicional de periculosidade de forma proporcional ao tempo de ingresso na área de risco é irregular ainda que previsto em norma coletiva, ante a expressa vedação legal.
- c) O adicional de periculosidade é devido apenas ao empregado que trabalha em condições de risco decorrente de sistema elétrico de potência, assim considerado como o conjunto de circuitos elétricos que vão desde a instalação para geração, transmissão, distribuição, medição e o consumo comercial de energia elétrica.
- d) O adicional de periculosidade do eletricitário tem como base de cálculo todas as parcelas de natureza salarial pagas pelo empregador.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 07

Marque a alternativa correta. Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) Direito civil, comercial, processual, eleitoral, agrário, marítimo e do trabalho.
- b) Nacionalidade, cidadania, naturalização, populações indígenas, educação, cultura e direito penal.
- c) Direito civil, comercial, penal, penitenciário, proteção ao patrimônio histórico, organização das polícias civis e sistemas de poupança.
- d) Direito econômico, eleitoral, marítimo, orçamento, registros públicos, comércio exterior e interestadual.
- e) Direito processual, comercial, penal, aeronáutico, espacial, procedimentos em matéria processual e sistemas de consórcio.

QUESTÃO 08

São princípios da Administração Pública:

- a) moralidade, eficiência, legalidade, publicidade e impessoalidade;
- b) efetividade, impessoalidade, legalidade, publicidade e moralidade;
- c) impessoalidade, legalidade, moralidade, exclusividade e publicidade;
- d) publicidade, moralidade, causalidade, legalidade e efetividade;
- e) todas as alternativas anteriores são incorretas.

QUESTÃO 09

Na forma do processo civil as ações conexas ajuizadas em separado podem ter os autos reunidos na seguinte fase processual:

- a) no primeiro grau de jurisdição, em qualquer momento;
- b) no primeiro grau de jurisdição, antes do julgamento;
- c) no primeiro grau de jurisdição, somente antes da instrução oral;
- d) no segundo grau de jurisdição, até o julgamento do recurso;
- e) em qualquer fase processual.

QUESTÃO 10

A auxiliar de escritório do Sindicato dos Empregados em Indústrias Farmacêuticas do Município de Manaus, reclama contra o seu patrão dizendo que este não observou o reajuste salarial previsto na convenção coletiva firmada entre o sindicato dos empregadores e dos empregados em Indústrias Farmacêuticas de Manaus. Com base nestes elementos fáticos, observada a legislação, a jurisprudência consolidada, e a pertinência para o caso exposto, marque a alternativa correta:

- a) A auxiliar de escritório do sindicato não é representada pelo Sindicato dos Empregados em Indústrias Farmacêuticas do Município de Manaus e por isso a convenção coletiva por ele firmada não beneficia a empregada quanto ao reajuste salarial;
- b) O reajuste salarial será aquele firmado entre o sindicato dos empregados em sindicato e o sindicato dos empregadores ou com os empregadores diretamente;
- c) Apesar de não ser empregada em indústria farmacêutica, a auxiliar de escritório do sindicato é beneficiada pelo reajuste salarial negociado entre o sindicato dos empregadores e dos empregados em Indústrias Farmacêuticas de Manaus;
- d) A profissão da empregada integra categoria diferenciada ante a peculiaridade da função e condições de vida singulares dos empregados em sindicato.
- e) Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 11

Analise as afirmativas abaixo e, ao final, assinale a opção correta.

- I)** Qualquer empregado dirigente de CIPA, seja titular ou suplente, tem estabilidade provisória;
- II)** Tem estabilidade provisória o empregado desde o registro da candidatura a cargo de dirigente sindical até um ano após o final do seu mandato, se eleito, e desde que comunicado o registro ao empregador;
- III)** O registro de candidatura para eleições sindicais, no curso do aviso prévio, não assegura estabilidade;
- IV)** O empregado que sofre acidente de trabalho tem estabilidade provisória no emprego durante os doze meses seguintes ao acidente;
- V)** Apenas o empregado eleito para direção de cooperativa tem estabilidade assegurada, não se aplicando esta garantia ao suplente.

- a)** são corretas as afirmativas I, II e III;
- b)** somente a afirmativa III é correta;
- c)** são corretas as afirmativas II, III e V;
- d)** são falsas as afirmativas I, IV e V
- e)** nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 12

Quanto à estabilidade, é correto afirmar que:

- a)** A extinção do estabelecimento não é ato para o qual concorreu o empregado. Assim, o empregado dirigente sindical despedido pelo encerramento das atividades da empresa tem direito à indenização pelo período de estabilidade suprimida;
- b)** A falta grave autoriza o despedimento do empregado estável. Cometida falta grave o despedimento da gestante independe de inquérito judicial para apuração da falta, procedimento este exigido quando se trata de despedimento de dirigente sindical.
- c)** A estabilidade conferida por norma coletiva ao empregado tem duração limitada ao período de vigência da norma;
- d)** A doença profissional não se confunde com o acidente de trabalho. A doença profissional não é causa legal de estabilidade.
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 13

Todo empregado doméstico tem direito, dentre outros, a:

- a)** irredutibilidade do salário, 13^o salário e FGTS;
- b)** salário mínimo, repouso semanal remunerado e seguro-desemprego;
- c)** reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, férias remuneradas com (pelo menos) um terço a mais do que o salário normal e licença gestante;
- d)** licença-paternidade, estabilidade de gestante e aviso prévio;
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 14

O contrato entre as partes durou dez anos, com término em 01/02/2003. O empregado ajuizou protesto interruptivo de prescrição em 01/08/2004 quanto aos seus créditos de 13^o salários não pagos por todo o período contratual. Em 01/02/2005 ajuizou ação trabalhista pedindo 13^o salários. O processo foi extinto sem o julgamento do mérito em 01/08/2004 por desistência. Em 01/08/2005 o empregado renovou a ação pedindo 13^o salários e gratificações semestrais. O empregador arguiu prescrição. Marque a alternativa correta:

- a)** Estão prescritos os créditos de 13^o salários e de gratificações semestrais anteriores a 1999;
- b)** Estão prescritos os créditos de 13^o salários e de gratificações semestrais anteriores a 01/02/2000;
- c)** Estão prescritos os créditos de 13^o salários e de gratificações semestrais anteriores a 01/08/2000;
- d)** Estão prescritos inteiramente os créditos de gratificações semestrais e quanto ao 13^o salário estão prescritas as parcelas anteriores a 1999.
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 15

Analise as afirmativas abaixo e, ao final, marque a opção adequada.

Em ação na qual ente integrante da Fazenda Pública for réu:

- I)** cabe remessa oficial para cumprimento de duplo grau de jurisdição necessário mesmo quando a União sofre condenação de forma subsidiária;
- II)** cabe remessa oficial para cumprimento do duplo grau de jurisdição necessário desde que a condenação do Município tenha valor superior a 60 salários mínimos;
- III)** não cabe remessa oficial se a decisão proferida, contrária ao Município, estiver fundada em Súmula do Supremo Tribunal Federal;
- IV)** A ação de alçada trabalhista dispensa a remessa oficial quando contrária a autarquia federal;

- a)** são corretas apenas as afirmativas I, II e III;
- b)** são corretas apenas as afirmativas II e III;
- c)** são corretas apenas as afirmativas I, II e IV;
- d)** são corretas apenas as afirmativas III e IV
- e)** são corretas todas as afirmativas.

QUESTÃO 16

Assinale a afirmativa correta:

- a)** Mesmo após a contestação o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, tomar em consideração fato superveniente que possa influir no julgamento da lide;
- b)** Em nenhuma circunstância o juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide;
- c)** Ao publicar a sentença de mérito, o juiz encerra seu ofício jurisdicional, não podendo alterá-la por nenhum motivo;
- d)** A sentença de mérito ou não, uma vez passada em julgado, tem como efeito que sejam consideradas deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 17

Assinale a afirmativa incorreta:

- a)** A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de defeito por ilegalidade;
- b)** A Administração pode revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
- c)** Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração;

- d) O juiz pode anular ato administrativo por vício de ilegalidade.
- e) A Administração somente pode anular seus próprios atos mediante provocação de terceiro.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta:

- a) O cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido e os pais integram a mesma classe de dependentes do segurado junto à Previdência Social;
- b) A pessoa física que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, é segurado facultativo da Previdência Social;
- c) A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, é segurado obrigatório da Previdência Social;
- d) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição e durante 6 meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 19

Analise as afirmativas abaixo e, ao final, marque a opção adequada:

- I) Considera-se acidente de trabalho aquele sofrido no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.
 - II) Considera-se acidente de trabalho a agressão sofrida pelo segurado e praticada por companheiro de trabalho desde que no local e horário de trabalho;
 - III) A comunicação do acidente de trabalho deve ser feita pela empresa. Na falta de comunicação pela empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.
 - IV) Considera-se acidente de trabalho aquele sofrido pelo segurado em virtude de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior, ocorrido no local e horário de trabalho.
- a) são corretas apenas as afirmativas I e II;
 - b) são corretas apenas as afirmativas II, III e IV;
 - c) são corretas apenas as afirmativas III e IV;
 - d) são corretas apenas as afirmativas I e IV;
 - e) são corretas todas as afirmativas.

QUESTÃO 20

Não integram o salário-de-contribuição:

- a) Gorjetas;
- b) Diárias para viagens quando excedam a 50% da remuneração mensal;
- c) Décimo terceiro salário;
- d) Salário-família;
- e) Adicional de transferência;

QUESTÃO 21

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) O critério cronológico para solução do conflito de leis consiste em que a lei posterior revoga a anterior;
- b) A revogação da lei anterior pela posterior pode ser expressa, quando assim declarado, ou tácita, quando a lei posterior for incompatível com a anterior ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- c) Diante do conflito de leis, o critério da hierarquia estabelece que a norma superior revoga a inferior.
- d) Salvo disposição legal em contrário, não há reprivatização de leis;
- e) Há vedação constitucional à reprivatização das leis processuais.

QUESTÃO 22

Considerando a jurisprudência consolidada, é incorreto afirmar acerca da ação rescisória que:

- a) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- b) Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão.
- c) O recurso que argúi preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente toda a decisão recorrida impede o trânsito em julgado parcial.
- d) A certidão lançada nos autos de trânsito em julgado encerra eventual dúvida quanto ao fato, valendo como registro imutável para fins de ajuizamento de ação rescisória.
- e) Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protraí o termo inicial do prazo decadencial.

QUESTÃO 23

Assinale a afirmativa correta:

- a) A compensação de jornada de trabalho pode ser ajustada por acordo individual, tácito ou escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva;
- b) O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário;
- c) Não serão computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários;
- d) O tempo de deslocamento do empregado de sua residência ao local de trabalho e vice-versa é computado na jornada de trabalho sempre que o empregador fornecer a condução.
- e) O empregado denominado gerente, com alto salário, mas que não tem poderes de gestão, está excluído do regime legal de duração do trabalho.

QUESTÃO 24

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) Na equiparação salarial é condição mínima necessária a contemporaneidade entre paradigma e paragonado, ainda que não integral;
- b) O empregado sucessor de outro hierarquicamente superior não tem direito ao salário pago pelo empregador a este;
- c) É desnecessário que, ao tempo do ajuizamento da ação, o paradigma ainda seja empregado da empresa reclamada;
- d) É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial;
- e) O empregado readaptado com nova função pode servir como paradigma, observadas as regras legais.

QUESTÃO 25

Quanto à prova testemunhal, é incorreto afirmar que:

- a) A prova testemunhal pode ser indeferida pelo juiz quando o fato já estiver provado por meio de documentos;
- b) O advogado arrolado como testemunha não é obrigado a depor quanto a fatos de que tem ciência em virtude da profissão;
- c) Sendo estritamente necessário, o juiz poderá ouvir como simples informante tanto a testemunha suspeita quanto a testemunha impedida.
- d) O cônjuge de qualquer das partes sofre de impedimento para depor como testemunha.
- e) O jovem acima de quatorze anos pode depor como testemunha no processo civil.

QUESTÃO 26

Considerando as normas do processo civil, assinale a afirmativa correta:

- a) Na execução provisória o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de domínio sempre dependem de oferecimento de caução idônea pelo exeqüente;
- b) Enquanto não transitada em julgado a ação rescisória da sentença exeqüenda, a execução iniciada é provisória;
- c) A sentença homologatória de conciliação, ainda que verse matéria não posta em juízo, constitui título executivo judicial;
- d) O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas. Por isso, dado o caráter acessório dos embargos à execução, a desistência da execução pelo credor independe da concordância do devedor;
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 27

Quanto ao mandado de segurança é correto afirmar que:

- a) A sentença que concede a ordem no mandado de segurança está sujeita ao duplo grau de jurisdição necessário e por isso não admite execução provisória;
- b) Não se dará mandado de segurança contra ato administrativo de que caiba qualquer recurso;
- c) Não se dará mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso previsto em lei;
- d) A petição inicial no mandado de segurança não pode ser indeferida liminarmente;
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 28

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) Partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional;
- b) Sindicato, desde que legalmente constituído e em funcionamento há pelo menos dois anos e em defesa dos interesses de seus associados;
- c) Federação, independente do tempo de funcionamento;
- d) Confederação, para defesa dos interesses de seus associados ou não-associados;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 29

Quanto aos tratados internacionais é correto afirmar que:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos podem ter força de emenda constitucional.
- b) A Constituição Federal veda a sujeição do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional;
- c) Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, não estando sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
- d) Os tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional têm eficácia dependente do regular processo legislativo, com sanção do Presidente da República;
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 30

São garantias constitucionais:

- a) O "habeas-data" para obter o conhecimento de informações quanto ao impetrante, junto a entes públicos ou empresas particulares de qualquer espécie.
- b) A razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;
- c) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais;
- d) O "habeas-corpus" é remédio processual apenas para os casos de restrição consumada à liberdade de locomoção praticada por ilegalidade ou abuso de poder;
- e) Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 31

Marque a afirmativa correta:

- a) Imputar falsamente a alguém fato definido como crime constitui calúnia e admite a exceção da verdade;
- b) Imputar a alguém fato ofensivo à reputação constitui injúria e não admite a exceção da verdade;
- c) Ofender a dignidade ou o decoro de alguém constitui crime de difamação;
- d) Mesmo a ofensa lançada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou procurador, constitui crime de difamação ou injúria;
- e) Todas as afirmativas são falsas.

QUESTÃO 32

Marque a afirmativa falsa:

- a) Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel constitui crime de furto;
- b) Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante violência, constitui crime de roubo;
- c) Obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo alguém em erro, mediante qualquer meio fraudulento constitui estelionato;
- d) Apropriar-se de coisa alheia móvel ou imóvel, de que tem a posse ou a detenção, constitui crime de apropriação indébita.
- e) É crime cercear o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

QUESTÃO 33

Quanto aos crimes contra a administração da Justiça é correto afirmar que:

- a) Trair, na qualidade de advogado, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado constitui crime de tergiversação;
- b) Apenas o advogado que defende partes contrárias, na mesma causa, simultaneamente, comete o crime de patrocínio simultâneo, não constituindo crime o patrocínio sucessivo.
- c) O falso testemunho deixa de ser punível se, antes do trânsito em julgado da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.
- d) O uso de grave ameaça por terceiro, contra parte no processo, com o fim de favorecer interesse alheio e não o próprio, não constitui crime.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 34

Assinale a afirmativa que não é descrita legalmente como atenuante da pena :

- a) O desconhecimento da lei;
- b) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;
- c) Ter o agente cometido o crime sob a influência de violenta emoção;
- d) Ter o agente cometido o crime mediante promessa de recompensa;
- e) Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

QUESTÃO 35

Declarada a falência da empresa, restaram identificados: o crédito de impostos do Estado, o crédito do Banco que estava assegurado por hipoteca, o crédito do único empregado no valor de R\$ 5.000,00, e o crédito sem garantia do fornecedor. A ordem de pagamento será a seguinte:

- a) O Banco, o empregado, o Estado e o fornecedor;
- b) O empregado, o Banco, o Estado e o fornecedor;
- c) O Estado, o empregado, o Banco e o fornecedor;
- d) O empregado, o Estado, o Banco e o fornecedor;
- e) O empregado, o fornecedor, o Estado e o Banco;

QUESTÃO 36

Quanto à falência, é correto afirmar que:

- a) O crédito trabalhista, ainda que cedido a terceiro, permanece na categoria de crédito derivado da legislação do trabalho;
- b) O crédito derivado de legislação do trabalho tem inserção limitada a 150 salários mínimos por credor sendo que o excedente concorre na categoria de quirografário;
- c) O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, mesmo para as causas trabalhistas e fiscais;
- d) O regime da concordata permaneceu íntegro na lei de falência vigente;
- e) O novo regime legal não autoriza o requerimento de autofalência.

QUESTÃO 37

Analise as afirmativas abaixo e, ao final, marque a opção correta.

- I) As associações públicas são pessoas jurídicas de direito público, conforme previsão do Código Civil.
- II) O consórcio público pode ter natureza de pessoa jurídica de direito público ou pessoa jurídica de direito privado.
- III) Em caso de abuso da personalidade jurídica os efeitos de obrigações assumidas pela sociedade podem ser estendidos a bens particulares dos administradores.
- IV) A fusão de empresas não causa a extinção das sociedades que apenas se unem sob a forma de nova sociedade.

- a) são corretas apenas as afirmativas II e III;
- b) são corretas apenas as afirmativas I, II e III;
- c) são corretas apenas as afirmativas II, III e IV;
- d) são corretas apenas as afirmativas III e IV;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 38

Assinale a afirmativa correta:

- a) O falso motivo vicia a declaração de vontade ainda que não seja a razão determinante.
- b) O dolo de terceiro autoriza a anulação do ato apenas se a parte a quem aproveita dele tenha ou deva ter conhecimento.
- c) Ocorre estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- d) A invalidade da obrigação acessória induz a da obrigação principal;
- e) O erro de indicação da pessoa beneficiária a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio ainda que, por seu contexto, se possa identificá-la, já que neste caso o erro é substancial.

QUESTÃO 39

Analise as afirmativas abaixo sobre ações civis coletivas:

- I) a sentença faz coisa julgada erga omnes, quando a ação veicula direitos difusos, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas;
 - II) a sentença faz coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando a ação veicula direitos coletivos, salvo improcedência por insuficiência de provas.
 - III) a sentença faz coisa julgada erga omnes, quando a ação veicula defesa de direitos individuais homogêneos, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores;
 - IV) a ação civil coletiva julgada improcedente, ante os efeitos erga omnes, impede que o interessado, tenha ou não intervindo como litisconsorte, ajuíze ação de indenização a título individual;
-
- a) são corretas apenas as afirmativas I, II e III;
 - b) são corretas apenas as afirmativas II e III;
 - c) são corretas apenas as afirmativas I e II
 - d) são corretas apenas as afirmativas I e IV
 - e) nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 40

São absolutamente impenhoráveis os seguintes bens:

- I) os vencimentos dos funcionários públicos salvo para pagamento de prestação alimentícia;
- II) o seguro de vida;
- III) as máquinas necessárias ao funcionamento da empresa;
- IV) a liberalidade de terceiro quando destinada ao sustento do devedor;

- a) são corretas apenas as afirmativas I e II;
- b) são corretas apenas as afirmativas I, II e IV;
- c) são corretas apenas as afirmativas I, II e III;
- d) são corretas apenas as afirmativas II e IV;
- e) são corretas todas as afirmativas.

QUESTÃO 41

Dentre os comportamentos do empregado, abaixo descritos, não constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) violação de segredo da empresa;
- b) embriaguez habitual ou em serviço;
- c) prisão temporária do empregado;
- d) ato lesivo da honra praticado no serviço contra qualquer pessoa;
- e) prática constante de jogos de azar;

QUESTÃO 42

Quanto às nulidades processuais é correto afirmar que:

- a) O juiz não pronunciará a nulidade quando puder decidir o mérito em favor da parte a quem aproveita a declaração de nulidade;
- b) A inobservância da forma na prática do ato nunca acarreta a nulidade desde que seja alcançada a finalidade do ato.
- c) O juiz somente poderá declarar nulidade se a parte a arguir na primeira oportunidade em que falar nos autos;
- d) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 43

Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial consolidado, analise as afirmativas abaixo e marque, ao final, a opção adequada:

I) A utilidade fornecida pelo empregador, como habitação, pela prestação de trabalho do empregado, tem natureza salarial.

II) veículo fornecido pelo empregador ao empregado, indispensável para o trabalho, não têm natureza salarial, ainda que seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

III) A alimentação fornecida pelo empregador em virtude da adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador não constitui salário;

IV) O vestuário fornecido pelo empregador para compor a apresentação do empregado no trabalho não constitui salário.

- a) são corretas apenas as afirmativas I e III;
- b) são corretas apenas as afirmativas I e IV;
- c) são corretas apenas as afirmativas III e IV;
- d) são corretas apenas as afirmativas II e III;
- e) são corretas todas as afirmativas.

QUESTÃO 44

Analise as afirmativas abaixo e marque, ao final, a opção adequada:

I) Nas lides trabalhistas a condenação ao pagamento de honorários advocatícios está restrita a casos de assistência sindical do empregado quando deferido o benefício da gratuidade da justiça;

II) Os honorários periciais, na lide trabalhista, são pagos pelo empregador se sucumbente no objeto da perícia;

III) A gratuidade da justiça deferida ao reclamante alcança, inclusive, os honorários periciais, de modo que não terá o perito crédito de honorários.

IV) No processo trabalhista o Município pagará as custas ao final.

- a) São corretas apenas as afirmativas I e II;
- b) São corretas apenas as afirmativas I, II e III;
- c) São corretas apenas as afirmativas II e III;
- d) São corretas apenas as afirmativas III e IV;
- e) São corretas todas as afirmativas.

QUESTÃO 45

Considerando o processo civil, assinale a afirmativa correta:

- a) A penhora se processa no local onde se encontrem os bens, mas em se tratando de penhora sobre bens imóveis, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, a constrição se efetivará, independentemente de onde se localizem, mediante termo nos autos.
- b) Incidindo a penhora sobre imóvel é dever o juiz, de ofício, providenciar a anotação da penhora junto ao Registro Imobiliário para conhecimento de terceiros;
- c) A penhora pode incidir sobre créditos que o executado tenha com terceiro. A penhora, neste caso, é efetuada pela intimação do executado para ciência da reserva.
- d) A execução se processa no interesse do exeqüente e por isso a penhora será efetuada ainda que o valor dos bens não ultrapasse a despesa de custas processuais.
- e) Somente até os embargos à execução poderá o executado substituir os bens penhorados por dinheiro.

QUESTÃO 46

Sob a ótica do processo civil analise as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

- a) Se não forem encontrados bens do devedor, o juiz, ato contínuo, extinguirá a execução;
- b) A desistência da execução leva à sua extinção sem o julgamento do mérito;
- c) Tanto a remissão da dívida pelo credor quanto a remição da dívida pelo devedor extinguem a obrigação e, conseqüentemente, a execução.
- d) Os embargos à arrematação caberão para alegar pagamento ou nulidade processual, além de outros fundamentos legalmente previstos, desde que supervenientes à citação no processo executivo.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 47

Considerando a legislação vigente e a jurisprudência consolidada analise as afirmativas abaixo e assinale a incorreta:

- a) Não é ilegal a transferência de empregado que exerce cargo de confiança na empresa.
- b) O empregado que não exerce cargo de confiança pode ser transferido em caso de extinção do estabelecimento.
- c) A transferência provisória de empregado que exerce cargo de confiança gera para o empregador o dever de pagar adicional de transferência.
- d) A transferência definitiva do empregado dá a ele o direito de incorporação do adicional de transferência.
- e) As despesas resultantes da transferência, seja definitiva ou provisória, correm por conta do empregador.

QUESTÃO 48

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) O empregador que trata o empregado com rigor excessivo comete falta que autoriza a rescisão do contrato pelo empregado;
- b) O empregado pode rescindir o contrato de trabalho por culpa do empregador se este estiver em débito salarial por quatro meses;
- c) Estando o empregador em mora no cumprimento de suas obrigações, pode o empregado pleitear a rescisão indireta do contrato permanecendo no serviço até a decisão final do processo, o que não significa garantia de emprego, se não a tem por causa específica;
- d) Autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho pelo empregado o ato lesivo à honra praticado pelo preposto do empregador contra pessoa da família do empregado;
- e) A morte do empregador, constituído em empresa individual, tem como consequência automática a rescisão contratual.

QUESTÃO 49

Quanto ao procedimento sumaríssimo trabalhista é correto afirmar que:

- a) O rito sumaríssimo é adotado para causas cujo valor não exceda sessenta salários mínimos, valor vigente na data do ajuizamento da ação;
- b) A Administração Pública direta e indireta está excluída do regime do procedimento sumaríssimo;
- c) No rito sumaríssimo as testemunhas somente serão intimadas se, previamente arroladas;
- d) Não encontrado o reclamado para notificação, far-se-á a citação por edital no procedimento sumaríssimo.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 50

Assinale a afirmativa verdadeira:

- a) No processo trabalhista a parte tem capacidade postulatória e por isso pode retirar os autos de secretaria, em carga.
- b) No processo trabalhista, havendo acordo entre os litigantes a decisão que o homologar será recorrível enquanto não intimado o INSS.
- c) Os evidentes erros materiais na sentença trabalhista permitem correção mesmo após o trânsito em julgado.
- d) Não havendo ajuste em sentido contrário, a execução trabalhista de uma prestação não importará no vencimento antecipado das demais ajustadas por tempo determinado.
- e) A sentença condenatória no processo trabalhista não exige a identificação da natureza das parcelas de condenação.